



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0005580-35.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **NOELI PEREIRA DE SOUZA SANTOS, CPF 608.741.205-00 - Desacompanhada de Advogado**
 Requerido: **TRANSOL TRANSPORTES RODOVIÁRIOS EIRELI, CNPJ 03.651.273/0001-94 - Proprietário Sr. Nivaldo dos Santos, acompanhado do Advogado Dr. Sandro Aparecido Rodrigues**

Aos 25 de setembro de 2018, às 14:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. 1º Juiz de Direito Auxiliar Dr. DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, a autora desacompanhada de advogado e o réu com seu advogado presente. Presentes também a testemunha da autora, Srª Ana e as do réu, Srs. Sérgio e Leandro. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado, e nos termos dos Provimentos de nºs. **866/2004** do Eg. Conselho Superior da Magistratura e **2304/2004** da Eg. Corregedoria Geral da Justiça, **foi(ram) gravado(s) em mídia (CD)** que será arquivado em cartório, em pasta própria, à disposição das partes. Certifico mais e finalmente, que a gravação do(s) depoimento(s) teve a ciência da(s) parte(s) e respectivo(a)(s) advogado(a)(s), o(a)(s) ficou/caram ciente(s) de que na hipótese de necessidade da “degravação” do(s) referido(s) depoimento(s), será incumbência da(s) parte(s). Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: *“VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. Improcedem pedido originário e contraposto. Não foi produzida prova que esclareça quem é responsável pelo acidente. Sustenta a autora que vinha pela rua perpendicular à Av. Getúlio Vargas e, no cruzamento com esta última, parou seu automóvel, do lado direito, sinalizando que iria fazer conversão à direita para ingressar na Av. Getúlio Vargas. Em seguida surgiu o caminhão da ré, vindo pela mesma via em que se encontrava a autora, e parou ao lado esquerdo da autora. Quando abriu o semáforo, o caminhão não tomou conhecimento do veículo da autora, simplesmente cortando a sua frente para convergir à direita, colidindo com o automóvel. Sustenta a ré, noutro giro, dinâmica bem distinta. Alega que o motorista do caminhão vinha pela rua perpendicular à Getúlio Vargas primeiro, parou no semáforo, sinalizando que iria convergir à direita. Teve de parar um pouco mais à esquerda para que houvesse ângulo para a conversão, tratando-se de veículo de grande porte. A autora é que, em seguida, sem que o motorista do caminhão percebesse em razão do ponto cego, posicionou seu automóvel à direita do caminhão, no espaço deixado por este. Quando o semáforo abriu, os dois veículos simultaneamente iniciaram a manobra de conversão à direita, ocorrendo a colisão por culpa da autora, que havia antes indevidamente posicionado seu automóvel à direita do caminhão, no ponto cego. Pois bem. Examinada a prova produzida, não é possível afirmar qual a versão verdadeira. A pessoa trazida pela autora para depor é sua filha, de inequívoca parcialidade. Já a pessoa trazida pela ré como testemunha presencial é o motorista do caminhão, com a natural tendência de defender sua conduta. Por isso ambos foram ouvidos apenas como informantes. Por fim, a terceira testemunha, funcionário da ré, compareceu ao local após o acidente, não tendo condições de declarar o ocorrido. Calha referir que essa testemunha até fez menção a um funcionário da Dicico que teria presenciado os fatos. Ora, então era caso de esse terceiro ser arrolado como*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

testemunha, porque não tem valor o testemunho indireto do funcionário da ré como prova idônea e suficiente. Aceitar essa referência indireta neste caso específico inclusive constitui indevido cerceamento de defesa à autora, que não tem condições de fazer reperguntas, solicitar esclarecimentos à testemunha, esta sob compromisso legal. O conjunto probatório é, por consequência, manifestamente vago. Com tais razões, julgo improcedentes o pedido inicial e o contraposto. Deixo de condenar as partes em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE". Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente:

Requerido:

Adv. Requerido: Sandro Aparecido Rodrigues

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA